

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA PARTICIPANTE E A PESQUISA-AÇÃO⁽¹⁾

João Francisco de Souza⁽²⁾

**Texto preparado para o Seminário Peruano sobre PESQUISA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR, organizado pela Asociación Nacional de Centros de Investigación, Promoción y Desarrollo, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima 2-4 de outubro de 1985.*

RESUMO

Examina a questão metodológica como expressão técnica de uma determinada opção política propondo a atividade de pesquisa (Pesquisa Participante) como instrumento capaz de contribuir para a produção de uma nova síntese cultural (novo conhecimento, novas relações sociais, novas instituições). Pois, esse conhecimento, em processo de produção permanente, fundamentará a luta pela transformação social e pela construção/consolidação de outras relações sociais (econômico/ideológicas) sustentadas em subjetividades consistentes.

1. Na América Latina, parece-me que, mesmo não havendo ainda acordo terminológico, na prática, se caminha para identificar Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante⁽¹⁾ como um tipo de pesquisa social⁽²⁾ onde a produção de

(**) Professor Assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE e Coordenador da Rede Latino-americana de Pesquisa Participante do CEAAL.

conhecimentos se dá na ação ou na busca de soluções para angustiantes problemas das camadas da classe trabalhadora ou popular⁽³⁾ que são os verdadeiros problemas nacionais.

Não se trata mais da busca do desenvolvimento, tal como experimentada na década de 1960. Todos nós conhecemos os resultados nas políticas desenvolvimentistas para a América Latina e a falácia da ajuda oficial do Norte ao Sul.

Trata-se atualmente de lutar para transformar as relações sociais predominantes e construir/consolidar outras relações sociais. Entendendo-se *relações sociais* como relações de produção (economia) mais suas expressões simbólicas, a ideologia em seus diversos campos (ciência, senso comum, religião, filosofia, direito, literatura, política, Estado, etc. . .) e níveis. Em cada momento histórico há um dos campos da ideologia que predomina de acordo com situações conjunturais. Mas, ainda integram as relações sociais, os sentimentos, afeto, paixão ou seja as expressões psicológicas e existenciais.

As atuais relações sociais impedem que nos realizemos como seres humanos. Parece que esta constatação nos impõe a necessidade de sua transformação e a construção/consolidação de outras relações sociais.

2. O pesquisador que se posiciona segundo esta necessidade se coloca como problema fundamental a produção de conhecimento adequados à necessária transformação dessas relações sociais. Pois, está consciente da vinculação existente entre o conhecimento e/ou sua utilização (tecnologia, políticas sociais, cultos religiosos, etc. . .) e o poder econômico-político.

A atual configuração das relações sociais, em nossa pátria latino-americana, em que o conhecimento tem contribuído para sua deterioração, provocou a indignação de alguns intelectuais na medida em que as camadas da classe popular começaram a avançar em suas reações contra esse modelo econômico-político.

Houve e há uma profunda indignação em relação às conseqüências que essa estrutura provoca para as camadas da classe trabalhadora. E para os próprios intelectuais que são transformados em meros capatazes do capital ou do Estado que tendencialmente, na correlação das forças sociais na sociedade capitalista, serve aos interesses da acumulação de capital.

Esta indignação/ira, atitude ética de solidariedade e de preservação da dignidade de seu próprio que fazer, coloca a questão de sua tarefa específica, nesta sociedade, que é a produção de conhecimentos e sua utilização. Perguntamo-nos então: como reorientar a produção e utilização dos conhecimentos? Que conhecimento produzir? Para que produzi-lo? Como produzi-lo numa nova perspectiva? E já direcionamos a resposta: como fazer isto de tal forma que seja efetivamente útil à transformação das atuais relações sociais e à construção/consolidação de outras relações sociais na perspectiva da hegemonia popular?

3. Do *ético* passamos ao *político* (transformar/construir/consolidar relações sociais) que nos leva ao *epistemológico-metodológico* (que conhecimento é útil a esta transformação? Como produzi-lo?

Parece, portanto, ficar clara a correlação entre estas dimensões do real sem, no entanto, confundi-las ou reduzi-las uma à outra. Cada uma tem suas especificidades, mas relacionam-se dinamicamente determinando-se e criando-se as condições de superarem-se. Não há oposição ou inimizade entre elas como quer fazer crer uma postura intelectual a serviço da acumulação de capital.

4. Outro aspecto que parece estar claro para nós é que a transformação das atuais relações sociais e construção/consolidação de outras só é possível através da práxis⁽⁴⁾ dos explorados/oprimidos, seus aliados, seus intelectuais orgânicos e intelectuais comprometidos com a hegemonia popular com autênticas lideranças revolucionárias.

Para os intelectuais que nós queremos comprometidos com esta perspectiva, a questão é a contribuição do conhecimento e sua produção nos diversos momentos da luta pela transformação social que parece não se dar num passe de mágica nem numa única ação. Parece exigir ações várias e em níveis diversificados no interior de um longo processo.

5. Está, parece-me, posta a questão para os intelectuais, sobretudo para os das ciências sociais (sociólogos, antropólogos, pedagogos, politicólogos, economistas, comunicadores, teólogos, etc...).

O problema, pois, repito, é produzir um conhecimento que sirva à transformação das atuais relações sociais e à construção/consolidação de outras relações sociais, cooperativas, solidárias, humanizantes/personalizantes, etc. . . num Estado (ou no seu desaparecimento) qualitativamente diferente. Transformação/construção/consolidação que se realiza através de diversos momentos e ações ambíguos e contraditórios, tentando, no entanto, superar as atuais contradições antagônicas.

6. Parece que para esse processo de emersão de outras relações sociais que se geram no seio das velhas, só um novo conhecimento, superação/síntese dos atuais conhecimentos que, no entanto, é gerado a partir destes, de modo, portanto, tateante e ambíguo, processo também, pode dar uma contribuição efetiva.

Evidencia-se, parece, a necessidade de se lutar por um conhecimento unificado do social ou por uma nova cultura popular que supere a dicotomia saber popular x conhecimento científico.

Esquemáticamente, portanto, caricaturadamente, de um lado, se identifica o *conhecimento científico/acadêmico/universitário* tal como produzido e reconhecido pelas diversas comunidades auto-intituladas científicas e ainda o literário (da língua, da literatura) que é também reconhecido, mesmo que um tanto mais livre, no entanto, com propostas de análises ditas também rigorosas.

Tudo isto, no entanto, tem servido tendencialmente, portanto, quase exclusivamente, à dominação (exploração/opressão/desumanização) da maioria da população ou mais precisamente das camadas da classe trabalhadora.

De outro lado, identifica-se o chamado *saber popular* (dito não-rigoro-

so/espontâneo/não-sistematizado, etc. . .) que no interior do esmagamento de seus portadores tem, no entanto, permitido-lhes a sobrevivência.

Ambos (conhecimento científico x saber popular), entretanto, não têm dado conta, enquanto separado, isoladamente, da necessidade de transformação social, como a estou entendendo, neste trabalho. São, isolados, insuficientes para contribuir com a transformação das atuais relações sociais e construção/consolidação de outras garantindo a hegemonia popular.

7. Parece, pois, se impor o seu confronto (saber popular x conhecimento científico) com a necessidade de transformação das atuais relações sociais nesta direção⁽⁵⁾. Isto porque imaginamos que apenas com a transformação das atuais relações sociais e construção/consolidação da hegemonia popular (direção moral, intelectual e política, numa palavra *ideológica* da sociedade pelos interesses imediatos e históricos das camadas da classe popular) é possível uma nova sociedade com um novo ser humano (afetivo, útil, produtivo, solidário num processo permanente de construção).

Para isso, se impõe também a necessidade de um novo conhecimento não mais popular não mais científico. Mas um conhecimento unificado, uma nova cultura popular. E mais, este conhecimento tem que ser produzido no próprio processo de transformação nas diversas ações, momentos e níveis que o constituem⁽⁶⁾.

Tanto a transformação social quanto a transformação do conhecimento só têm sido possíveis através do encontro entre os explorados/oprimidos, intelectuais e lideranças revolucionárias autênticas onde se dá o confronto entre a sabedoria popular e o conhecimento crítico dessas lideranças e intelectuais superando-se ambos no processo de construção/consolidação de outras relações sociais emergindo uma nova cultura popular. Não será isso que aconteceu e está acontecendo na revolução nicaraguense e em todos os seus tropeços?

8. Parece-me que é, neste contexto, consciente ou inconscientemente, pouco importa, primeiro, no marco desenvolvimentista (que se revelou uma ilusão) e, depois, na luta revolucionária duramente reprimida em nossos países, que vão se fazendo experiências desde o final da década de 1950 e inícios da de 1960 e que estão algumas procurando se superar na década de 1970/80, outras desaparecendo. De qualquer modo, hoje, nos desafiando, fazendo-nos novas exigências como intelectuais que nos queremos comprometidos com a construção de outras relações sociais.

Neste amplo movimento intelectual e militante latino-americano, em resposta às reações/oposições das camadas da classe popular ao seu esmagamento e da repressão, no âmbito da sociologia, da economia, da antropologia, da pedagogia e da educação escolarizada e não-escolarizada (elemento do processo organizativo) da classe trabalhadora⁽⁷⁾, da teologia⁽⁸⁾, das facções partidárias de "esquerda", vão emergindo as exigências de um conhecimento que dê conta da complexidade de um processo de transformação social.

9. Parece-me que só é possível entender a Pesquisa Participante e sua metodologia no interior deste quadro. Nele surgem as pesquisas que se cha-

maram Ação Militante, Auto-censo, Participante, etc. . .

No CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina) e no ICAE (Conselho Internacional de Educação de Adultos) se adotou a denominação de Pesquisa Participante, não certamente por ser a mais adequada, mas apenas como uma indicação da necessidade de produzir o conhecimento necessário ao processo de transformação social no interior de várias ações com a participação dos interessados (camadas da classe trabalhadora ou popular, intelectuais, lideranças revolucionárias, promotores, partidos de “esquerda”, aliados) na sua realização. Todos em conjunto lutando pela transformação social e produzindo o conhecimento a ela necessário.

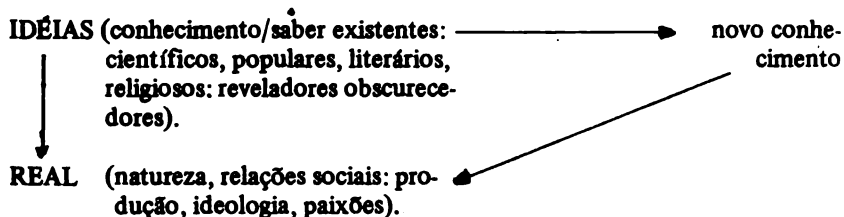
Quer-se, pois, ao nível desses dois Conselhos, estimular, através da Educação Popular, tal como a entendemos na América Latina, e das diversas Ciências, e da Pesquisa Participante, os passos necessários à produção desse conhecimento no interior ainda das velhas relações sociais onde não se está fazendo uma revolução como no caso da Nicarágua, mas também na Nicarágua.

Este novo conhecimento (nova cultura popular? conhecimento unificado?) resultante do confronto do saber popular e do conhecimento científico atuais na ação ou na busca de solução dos problemas imediatos e históricos das camadas das classes popular, começa a ser produzido através de atividades direcionadas à transformação social refletidas rigorosamente.

10. Esta perspectiva (confronto saber popular e conhecimento científico com a necessidade de transformação social) parece mais de acordo com o processo de produção de conhecimentos.

Qualquer novo conhecimento é produzido a partir de um conhecimento anterior que em confronto com o *real* se mostrou insuficiente⁽⁹⁾. Este novo conhecimento também apenas aproximado (verdade aproximada), a ser testado na prática,⁽¹⁰⁾ e provisório se superará em um outro conhecimento. E assim sucessivamente. Esta parece ser historicamente a dinâmica do conhecimento.

Nenhum conhecimento surge diretamente da prática (não tem, parece, cabimento a idéia de que o conhecimento vem da prática), mas da reflexão sobre ela. Ele é expressão aproximada do real não o revelando completamente. Corresponde a algumas estruturas verdadeiras do real, mas não coincide com ele. E mais, historicamente, o tem revelado e encoberto. Não há uma relação direta teoria/prática, saber-conhecimento/realidade⁽¹¹⁾.



Estas idéias confrontando-se entre si e com o real são que produzem o novo conhecimento que volta sobre ele para transformá-lo na direção da hegemo-

nia popular ou do capital. É desse confronto, pois, que surge o conhecimento novo e não da realidade, da prática diretamente. Um conhecimento vem de um conhecimento anterior que é superado. Mas, sempre, no entanto, referido ao concreto real (que não é igual ao empírico) que se torna concreto pensado (12). Não é, parece, nem como queriam os empiristas (conhecimento vem da prática) nem como queriam os racionalistas (conhecimento vem da razão) em quaisquer de suas versões.

11. No caso da Pesquisa Participante, no meu ponto de vista, as *idéias* (ou conhecimentos anteriores) das quais devem se gerar novos conhecimentos em confronto com as exigências de transformação social são os conhecimentos científicos que têm sido produzidos pelas diversas comunidades científicas e o saber popular historicamente produzido e acumulado pelas camadas da classe trabalhadora em nossos países.

Estes têm, cada um de per si, se mostrando insuficientes quando confrontados com as exigências de transformação social e construção da hegemonia popular. No entanto o seu isolamento, cada um de per si, incomunicados, têm se revelado eficientíssimos na manutenção da exploração/opressão e da hegemonia do capital, mesmo nas reformas e modernização de nossas sociedades nacionais.

O sujeito histórico de transformação social (camadas da classe popular, seus intelectuais, intelectuais comprometidos com sua hegemonia, lideranças revolucionárias, aliados), inicialmente heterogêneo irá, através da luta política e do processo da Pesquisa Participante, se homogeneizando o suficiente, não totalmente, para garantir a direção do processo político de construção/consolidação da nova sociedade.

12. Nesta perspectiva, parece-me, inclusive, ser possível superar a questão da relação sujeito cognoscente e objeto cognoscível que, quase sempre, é colocado de forma equivocada. Pois, as camadas da classe popular não são peças anatômicas que se tornem objetos de dissecação, de pesquisa, de conhecimento.

Parece-me que na perspectiva do confronto fica claro que o *objeto do conhecimento são os conhecimentos anteriores em confronto com a realidade* de cujo processo são sujeitos pesquisadores e participantes envolvidos no problema pesquisado.

A necessidade de relacionar esses conhecimentos com as exigências da transformação social para que se produza um conhecimento unificado que, pouco explícita no início, vai se tornando mais clara atualmente, encontra nas experiências de Pesquisa Participante o seu eixo mais significativo.

Acredito que, com o seu aprofundamento teórico-metodológico e de seus procedimentos, seja possível a constituição, no sentido de KUHN (13), de um novo paradigma científico para as ciências sociais.

Como mais um passo, nesta direção, a Rede de Pesquisa Participante do CEAAL (14) está iniciando a realização de um Projeto de Sistematização de Experiências de Pesquisa Participante na América Latina.

Já há indicação para o novo paradigma a ser elaborado. Pois, além de considerar o movimento, as contradições, a luta de classes, as condições mate-

riais, numa palavra as condições objetivas da realidade, nos tradicionalmente desvinculados níveis macro e microsocial, procurará dar conta do fenômeno humano da consciência e da experiência do outro, numa palavra as condições subjetivas da realidade, indispensáveis em qualquer processo de transformação social (15), indicando assim as possibilidades/condições de organização/mobilização para construção/consolidação da hegemonia popular.

13. Dessas considerações, parece emergir como *princípio metodológico* fundamental da Pesquisa Participante o seguinte:

trabalhar com as diversas camadas da classe trabalhadora, na busca de solução para seus problemas e na ação, debatendo-os e analisando-os à luz de seus interesses imediatos e históricos, de seu saber e dos conhecimentos científicos disponíveis, procurando, através de suas diversas organizações, meios e recursos para resolvê-los na perspectiva de sua hegemonia.

Neste processo, novos conhecimentos capazes de superar a dicotomia saber popular x conhecimento científico serão produzidos e sistematizados para se constituírem instrumentos da humanização do homem (16).

Neste aspecto, o estudo da metodologia auxilia tanto os pesquisadores como os participantes a se orientarem no processo de pesquisa e na aquisição desta capacidade de debate.

Como ensina Thiollent, "associado à prática da pesquisa o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica" (17).

14. O conhecimento necessário ao processo de transformação social e construção/consolidação de novas relações sociais tem, portanto, que ser produzido de forma absolutamente rigorosa dadas as dificuldades (muito maiores) de sua elaboração. Só que dentro de uma concepção metodológica, como indico, diferente. Pois, supera a pseudoneutralidade científica se gerando a partir do compromisso ético-político de cientistas/pesquisadores com a transformação das condições de vida e de trabalho das camadas da classe popular.

Estas em conjunto com aqueles produzirão o conhecimento unificado ou a nova cultura popular.

Superando-se a pseudoneutralidade constrói-se a verdadeira científicidade (porque também se destrói a pseudoconcreticidade) que consiste na explicitação do compromisso e da natureza política da produção do conhecimento e do seu processamento rigoroso a partir dessa opção.

Quanto mais aproximado do real mais útil será o conhecimento para o processo de transformação social, superação das atuais relações sociais pela construção/consolidação de outras num modo de produção diferente com outra organização do poder político.

Neste processo de transformação social, há lugar para as transformações de pequeno e médio alcances que, no entanto, devem estar orientadas para a construção/consolidação da hegemonia passando pela questão do poder político. Ter-se-á de se aprofundar a questão do controle do poder político não apenas antes como também no processo de construção/consolidação das novas relações sociais.

15. Em relação à questão do alcance das pequenas e médias transformações em função da hegemonia popular parecem procedentes as ponderações de Michel Thiollent. Pois, “na definição do real alcance da proposta transformadora associada à pesquisa é necessário esclarecer cuidadosamente as possíveis inter-relações entre os três níveis: grupos e indivíduos, instituições intermediárias, sociedade global (. . .). . . . já que se trata de transformar algo, é preciso ter uma visão dinâmica acerca do desenvolvimento da pesquisa no qual devem estar presentes considerações estratégicas e táticas para saber como alcançar os objetivos, superar ou contornar os obstáculos, neutralizar as reações adversas, etc.” (18).

Não esquecendo, no entanto, que as inter-relações têm que ser avaliadas pela vinculação das ações de pequeno ou médio às de grande alcance: construção/consolidação da hegemonia popular. Aquelas além de representarem melhoras nas condições de vida e de trabalho das camadas da classe popular têm que contribuir para o avanço do seu processo de organização/consciência pela compreensão mais ampla e concreta dos mecanismos de exploração/opressão e do início de sua superação.

É, neste amplo processo, que vão sendo produzidos conhecimentos, saberes e valores que constituirão o conhecimento unificado, uma nova síntese cultural ou a nova cultura popular. A cultura de seres humanos num processo permanente de humanização.

16. Neste contexto, a questão da metodologia da Pesquisa Participante se coloca em dois níveis:

- a) a metodologia como reflexão sobre os métodos e técnicas da pesquisa social para descobrir, criar e recriar as mais adequadas à produção deste conhecimento na reflexão de ações ou de busca de soluções para os problemas da situação das camadas da classe popular;
- b) a metodologia como desenvolvimento de princípios orientadores da condução da Pesquisa Participante. Estes princípios se constituem no modo de conduzir esta pesquisa. Neste sentido, prefiro falar em *aspectos teórico-metodológicos da Pesquisa Participante*, pois, necessariamente, além do esboço de uma teoria de transformação social implica numa teoria do conhecimento, ou seja, em princípios epistemológicos e gnoseológicos na distinção entre produção científica e filosófica, ou ciência e saber. Estes princípios se constituirão nos critérios para a reflexão sobre os métodos e técnicas existentes e para a produção de outras.

Deseja-se, pois, produzir um conhecimento que, numa concepção rigorosa e renovada, seja reconhecido como científico e como saber. Deve-se na Pesquisa Participante satisfazer algumas condições de realização da pesquisa e satisfazer também exigências dos conhecimentos científico e filosófico, como têm sido entendidos até agora, que não são necessariamente positivistas, idealistas ou atendendo apenas a interesses da ideologia capitalista incrustados na ciência e na filosofia.

Não podemos nos submeter ao tecnocratismo nem ao academicismo mas também não podemos submergir num populismo ingênuo ou num romantismo inocente.

17. Como indica Thiollent o “grande desafio metodológico consiste em fundamentar a inserção da pesquisa-ação dentro de uma perspectiva de investigação científica, concebida de modo aberto e na qual Ciência não seja sinônimo de positivismo, funcionalismo ou de outros rótulos” (19).

Continua Thiollent, “alguns aspectos da crítica ao sistema convencional de pesquisa científica (academicismo, dependência institucional, unilateralidade da interpretação, etc.) são muito pertinentes. Mas isto não deve nos fazer abrir mão das idéias de ciência e de racionalidade, sem as quais sempre há riscos de recaídas no irracionalismo que, tanto no passado como no presente, foi associado ao obscurantismo e às manipulações de toda ordem” (20).

Estas advertências de Thiollent parecem-me da maior importância, pois na Pesquisa Participante, além da ação e da participação, temos que produzir conhecimentos, contribuir para discussão e fazer avançar o debate em relação às questões abordadas. Neste sentido, afirma ele que “sem abandonarmos o espírito científico, podemos conceber dispositivos de pesquisa social com base empírica nas quais, em vez de separação, haja um tipo de co-participação dos pesquisadores e das pessoas implicadas no problema investigado. A substituíbilidade dos pesquisadores não é total, pois o que cada pesquisador observa e interpreta nunca é independente da sua formação, de suas experiências anteriores e do próprio ‘mergulho’ na situação investigada. Em lugar de substituíbilidade, a condição de objetividade pode ser parcialmente respeitada por meio de um controle metodológico do processo investigativo e com o concurso de vários investigadores acerca do que está sendo observado e interpretado. Por sua vez, a quantificação é sempre útil quando se trata de estudar o fenômeno cujas dimensões e variações são significativas e quando exigem instrumentos de medição aplicáveis sem demasiado artificialismo” (21).

E acrescenta este autor, “a compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes, todas as características da pesquisa-ação não fogem ao espírito científico. O qualitativo e o diálogo não são anticientíficos. Reduzir a ciência a um procedimento de processamento de dados quantificados corresponde a um ponto de vista criticado e ultrapassado, até-mesmo em alguns setores das ciências da natureza” (22).

18. Como estas considerações, é salientada a natureza argumentativa ou deliberativa da Pesquisa Participante, no plano das formas de raciocínio, em oposição à concepção tradicional de pesquisa que valoriza os critérios lógico-formais e estatísticos. É, pois, possível, como mostra ainda Thiollent, “estabelecer o vínculo entre, de um lado, o raciocínio hipotético e as exigências da comprovação e, por outro, as argumentações dos pesquisadores e participantes” (23).

Neste processo não se pode, então, abandonar as suposições ou hipóteses (24) que funcionam como orientadoras da pesquisa, permitem a inferência e algumas generalizações (25).

Na Pesquisa Participante tanto as interpretações da realidade observada quanto as ações transformadoras são objetos de deliberação. Ações cujo alcance transformador não podem criar falsas expectativas ao nível da transformação global da sociedade (26).

A Pesquisa Participante inscreve sua objetividade a partir de suas implicações políticas e valorativas, tendo que ser avaliada não apenas pelo nível de conhecimento que permite produzir, mas também pelo impulso que consegue proporcionar ao processo de organização/mobilização das camadas da classe popular.

Tem-se, portanto, que precisar com clareza, “de um lado, qual é a ação, quais seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência do conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação” (27).

Como afirma Fals Borda, a Pesquisa Participante é “um processo que combina a pesquisa científica e a ação política” cuja meta é “transformar radicalmente a realidade social” (econômico-ideológica) “e construir o poder popular” (28) em benefício de todos. Almeja-se, assim, uma sociedade que permita a humanização de todos os seres humanos. E a Pesquisa Participante é entendida como um dos instrumentos a contribuir com este processo na medida em que permite produzir o conhecimento adequado à transformação social e à construção/consolidação de novas relações sociais.

Lima, 03 de outubro de 1985

NOTAS

- (1) Cf THIOLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985, p. 14-15. A diferença que este autor estabelece, no meu entender, confirma minha indicação no sentido de superar esta distinção entre Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante. Pois, o que ele chama de Pesquisa-Ação é, praticamente, o que no CEAAL (Consejo de Educación de Adultos de América Latina) entendemos por Pesquisa Participante (Cf SOUZA, João Francisco de. *Emergent Problems of the Participatory Research in Latin America. In: Report of the International Participatory Research Coordinators Meetings*. Toronto, ICAE, 1985).
Orlando Fals Borda, um dos que iniciaram a formulação da proposta de pesquisar a realidade para transformá-la, a denomina de Pesquisa-Ação Participante (IAP) Cf. *Conocimiento y poder popular — lecciones com campesinos de Nicaragua, Mexico, Colombia*. Bogotá, Siglo XXI/Punta de Lanza, 1985.
- (2) CROSSI, Francisco Vio, *Saber Popular y Educación en America Latina*, Buenos Ayres, Editora Busqueda, 1985.
- (3) Definindo-se, objetivamente, as classes por suas relações de propriedade/não-propriedade do capital, elas são fundamentalmente duas numa sociedade capitalista. A estas denomino, indistintamente, de proprietárias/não-proprietárias, dominantes/dominadas, opressoras/oprimidas, exploradoras/exploradas, expropriadoras/expropriadas. Atendendo, no entanto, a determinadas especificidades.

À classe não-proprietária ainda denomino de trabalhadora ou popular. Percebendo, no entanto, sua heterogeneidade refiro-me a ela sempre em termos de frações ou camadas da classe trabalhadora ou popular que, sendo também heterogêneas, por sua vez, se compõem de categorias. Temos ainda a acrescentar, além deste corte básico e a partir do qual tem que se compreender, a questão da raça e em relação às mulheres, a questão do gênero e também da raça. (Cf SOUZA, João Francisco de. *Pedagogia da Revolução – subsídios* [Confronto do discurso dos Governos Cid Sampaio x Miguel Arraes: Pernambuco 1958/64]. Recife, CMS/PIMES – UFPE, 1984, p. 10-12).

- (4) “*Praxis*. . . é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor/oprimido. Dessa forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 40).
- (5) Cf SOUZA, João Francisco de. *Emergent Problems* Op. cit.
- (6) Cf THIOLLENT, Michel. Op. cit., p. 68
- (7) Nordeste do Brasil com o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife – experiências a partir das quais Paulo Freire parte, exilado, em sua peregrinação perseguindo uma educação que contribua para a geração de homens num processo permanente de libertação. Cf SOUZA, João Francisco de. *Pedagogia da Revolução – Subsídios*. Op. cit. 9º. capítulo. BARREIRO, Julio. *Conscientização e Educação Popular*. Petrópolis, Vozes, 1980; BEISIEGEL, Celso. *Educação e Política – a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo, Ática, 1984.
- (8) Cf GUTIERREZ, Gustavo. *A Teologia da Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- (9) Cf CARDOSO, Miriam Limoeiro. *La Producción de Conocimientos*. México, Ediciones Era, 1972; MAO-TSE-TUNG. *Obras Escolhidas*, III. São Paulo, Alfa/Ômega, 1978.
- (10) MARX, Karl. *Tese III sobre Feuerback*.
- (11) VASQUEZ; A. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- (12) KOSIK, K. *A Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- (13) Cf KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

- (14) Cf REDE LATINOAMERICANA DE PESQUISA PARTICIPANTE. *Ante-Projeto de Sistematização de Experiências de Pesquisa Participante*. Recife, Coordenação da Red de IP, 1985.
- (15) Cf HORKREIMER, Max. *Teoria Crítica*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974; DUSSEL, Enrique. *Metodo para una Filosofía de la Liberación*. Superación analéctica de la dialéctica hegeliana. Salamanca, Ed. Sigui-me, 1974; SOUZA, J. F. de. *Pedagogia da Revolução*, Op. cit. 2º. cap.
- (16) SOUZA, J. F. de. Op. cit., p. 444.
- (17) Cf THIOLENT, M. Op. cit., p. 25.
- (18) *Ibidem*, p. 42.
- (19) *Ibidem*, p. 20.
- (20) *Ibidem*, p. 21.
- (21) *Ibidem*, p. 22/3.
- (22) *Ibidem*, p. 23/4.
- (23) *Ibidem*, p. 13; 27-32.
- (24) Cf *Ibidem*, p. 32-36.
- (25) Cf *Ibidem*, p. 36-39).
- (26) Cf *Ibidem*, p. 13.
- (27) *Ibidem*, p. 16.
- (28) BORDA, Orlando Fals. Op. cit., p. 125.